

Os Territórios da pecuária bovina de corte no Pantanal Sul Mato-Grossense: do nomadismo dos Guaicurus a multiplicidade dos dias atuais

Ana Gabriela de Jesus Araujo - ana.araujo@inpe.br

Doutoranda em Ciências do Sistema Terrestre - CCST/INPE, Bolsista CAPES

Luiz Tadeu da Silva - luiz.tadeu@inpe.br

Doutor em Ciências do Ambiente - Analista em Ciência e Tecnologia - CCST/INPE

Antônio Miguel Vieira Monteiro - miguel@dpi.inpe.br

Doutor em Ciências da Computação - Tecnologista - OBT/INPE - Colaborador no CCST/INPE e Orientador da pesquisa

Gilvan Sampaio de Oliveira - gilvan.sampaio@inpe.br

Doutor em Meteorologia - Pesquisador - CCST/INPE - Orientador da pesquisa

Daniel Andrés Rodriguez - daniel.andres@inpe.br

Doutor em Meteorologia - Pesquisador - CCST/INPE

Resumo

No Pantanal, o sistema de criação da pecuária de gado bovino de corte é determinado pelo regime de inundações e secas sazonais. São comuns os deslocamentos do gado e articulação entre áreas, para pastoreio e segurança dos rebanhos. Assim foi desenvolvido um território “nômade”, multiescalar no tempo e no espaço. Na Geografia, o conceito de território tem a definição clássica de espaço material, contínuo e delimitado por fronteiras estabelecidas. Mais recentemente, o termo vem sendo aplicado a diversos processos sociais, de apropriação imaterial do espaço vivido à espaços usados com extensão e duração variáveis, como os territórios-redes. Este artigo discute esta definição atual de território, com foco na criação de bovinos no Pantanal, considerando as suas formas de ocupação e a diversidade de agentes. As análises apontam diferentes formas territoriais de dominação e apropriação, contínuas e descontínuas, permanentes e temporárias e revelam um fluxo intenso de movimentação do rebanho nas escalas intra regional e entre a planície inundável e terras do planalto.

Palavras Chave: Pecuária Bovina de Corte, Multiterritorialidade, Pantanal Sul Mato-Grossense.

Abstract

In the Pantanal plain, system of beef cattle ranching is determined by the regime of seasonal flooding and drought. Are commons cattle movements and articulation among areas, for grazing and safety heads. So, was developed a "nomadic" territory multiscale in time and space. In Geography, the concept territory like a material space, continuous and bounded by established borders has classic definition. More recently, the term has been applied one different social processes, immaterial appropriation of space living spaces to used with extent and duration variables, like network-territory. This article discusses this current territory definition, focusing on cattle ranching on Pantanal, considering yours forms of occupation and agents. The analyzes show different forms of domination and appropriation territorial, continuous and discontinuous, permanent and temporary and only reveal a drive intense flow to cattle in intra regional scales and between one flood plain and plateau lands.

Keywords: Beef Cattle Ranching, Multiterritoriality, Pantanal in Mato Grosso do Sul State.

INTRODUÇÃO

O conceito de território vem sendo amplamente discutido pela ciência geográfica e outras ciências sociais. Nos últimos anos, a retomada de sua aplicação se deve aos processos de transformação da sociedade e às formas de construção e destruição de seus territórios, que se diversificam em termos de ação e domínio nos espaços públicos e privados. Movimentos de apropriação do espaço que manifestam específicos arranjos ou formações sócio-espaciais, considerando o entendimento do espaço de LEFEBVRE (2008), como lócus de reprodução das relações sociais e não apenas uma base física, palco, ou um produto das ações humanas, sendo assim, indissociável à sociedade, por traduzi-la e nela se refletir.

Associado ao campo do poder, a visão clássica do conceito se aplicava às formas tradicionais do território dos Estados, base material, delimitada por limites claros, com pequena mobilidade espaço-temporal e reforçada com a imaterialidade das identidades e raízes socioculturais (SOUZA, 2009). No entanto, o movimento sócio espacial desenvolvido sob a égide da globalização da virada do século XX para o XXI reflete muitas dinâmicas territoriais materiais multiescalares no espaço e no tempo, em campos como a economia, política, cultura e identidade. Assim como dinâmicas mais imateriais, que expressam territorialidades simbólicas, embasadas em elementos discursivos e culturais, a exemplos de povos tradicionais, movimentos sociais organizados, minorias étnicas ou refugiados (HAESBAERT, 1997; COELHO NETO, 2013).

Para esses Autores, a transformação de antigos territórios ou a presença simultânea de diferentes territorialidades justificaram o discurso de desterritorialização no mundo contemporâneo. Evitando abordagens dicotômicas que argumentam a favor da desterritorialização dos indivíduos ou privilegiem ora territórios materiais-funcionais, ora territórios imateriais-simbólicos, HAESBAERT (2004) afirma que os territórios carregam as duas dimensões. Segundo o Autor, as diferentes territorialidades não se realizariam sem uma base física espacial e sem seu conteúdo discursivo-intencional, ainda que as manifestem em graus diferentes. Por esta perspectiva, os territórios se revelam funcionais e simbólicos ao mesmo tempo e superam a visão clássica do uso estatal de território. São exemplos desses processos, situações de “multiterritorialidade”, onde os agentes experienciam múltiplos territórios ao mesmo tempo, se aproveitando das facilidades da rápida circulação e comunicação instantânea que os permitem acessar e dirigir diferentes locais, sem a necessidade da presença física; bem como situações que identificam territorialidades materiais precárias, o que o HAESBAERT chama de Aglomerados de Exclusão.

Um exemplo desta multiterritorialidade contemporânea são os territórios-rede, que se realizam na articulação de áreas descontínuas, construídos por agentes que exercem suas intenções e controlam espaços dispersos, seja na escala municipal ou mundial, de forma direta e/ou remota. É desenhado, assim, um horizonte de múltiplos territórios, onde um mesmo espaço é coabitado ou comandado por diferentes agentes (HAESBAERT, 2004).

Este trabalho trata da dimensão material do território da pecuária bovina de corte do Pantanal de Mato Grosso do Sul. A análise se faz necessária, à medida que a atividade reflete lógicas territoriais em rede, que fazem usos temporários de áreas e superam as fronteiras municipais e da região pantaneira, assim como apresenta múltiplos territórios, considerando a diversidade de agentes que empreendem a criação de bovinos de corte na região.

OBJETIVO

O objetivo deste trabalho é identificar as formas territoriais contínuas e descontínuas da pecuária bovina de corte no Pantanal Sul Mato-Grossense, de acordo com a proposta teórica e conceitual de território-rede de HAESBAERT (2004), e considerando os diferentes sistemas produtivos da atividade na Região.

ÁREA DE ESTUDO

A área de estudo deste artigo contempla sete municípios do Estado do Mato Grosso do Sul. São eles: Aquidauana, Corumbá, Coxim, Ladário, Miranda, Porto Murtinho e Rio Verde de Mato Grosso, que juntos compõem 99,48% da área total do Pantanal Sul Mato-Grossense, ou seja, 123,13 mil Km² (SILVA e ABDON, 1989).

METODOLOGIA

Para produzir evidências de uma estruturação e organização espacial que reflete o que se pode chamar de território-rede, foi utilizada uma abordagem metodológica observacional da dimensão material-funcional dos territórios da pecuária da área de estudo.

Foi caracterizado o fluxo de bovinos no período entre 2007 e 2014, utilizando dados do Sistema de Atenção Animal da IAGRO (SANIAGRO). O SANIAGRO é baseado nas Guias de Trânsito Animal (GTA's), relativas ao controle do trânsito animal em escala nacional e aferidas pela IAGRO (Agência Estadual de Defesa Sanitária Animal e Vegetal) em Mato Grosso do Sul. Os dados ofereceram informações mensais sobre volume e sexo dos animais movimentados, origem e destino de cada trânsito (por município e área produtiva - no caso dos municípios que possuem áreas de Pantanal e de Planalto), finalidade da criação e meio de transporte.

A identificação das formas temporárias de apropriação do território foi dada pelos dados de arrendamento de áreas para pecuária bovina de corte na região em 1996 e 2006, extraídos do Censo Agropecuário do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Foi elaborado um mapa contendo os perfis dos proprietários Pessoas Físicas e Jurídicas das fazendas de pecuária do município de Corumbá, baseado nas informações do Cadastro Rural do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), para ilustrar a multiterritorialidade da criação bovina regional.

Especificamente os procedimentos metodológicos realizados foram: 1. Pesquisa bibliográfica acerca da ocupação do território e consolidação da pecuária na região; 2. Coleta de dados junto aos órgãos públicos ora citados; 3. Organização e mineração dos dados cadastrais em um banco de dados geográfico; 4. Espacialização das variáveis e produção de mapas; e 5. Seleção de variáveis com consultas ao banco de dados espacial e síntese em tabelas para análises.

UM BREVE HISTÓRICO

Introdução do gado bovino no Pantanal: pastoreio nômade e o gado Tucura

Um dos principais povos indígenas que dominaram a região central da América do Sul é o povo nômade Guaicuru. Para ESSELIN E OLIVEIRA (2007), os Guaicurus eram donos de uma dinâmica territorial extraordinária e estavam presentes em distâncias longínquas, de Cuiabá à Assunción e das margens do rio Paraguai à Serra de Maracaju. Diferentes dos índios agricultores, estabelecidos pela

região, eram caçadores e coletores e circulavam saqueando, pilhando e conquistando escravos e mulheres, muito em função do fluxo e refluxo das inundações.

Os Guaicurus eram adaptados às condições da região e incorporaram a sazonalidade das cheias e secas anuais ao seu modo de vida. Com o uso do cavalo e de forma habilidosa, conduziam pela planície os rebanhos de criação roubados dos espanhóis. Acompanhando o movimento das águas, deslocavam seus animais para as áreas com melhores pastagens em cada época: renovadas, nas partes mais baixas; e seguras, nas partes mais altas (ESSELIN, 2011). As narrativas sobre eles destacam a força e vassalagem sobre outros povos (RIBEIRO, 1984); a capacidade de criação de cavalos, bovinos e porcos, já em 1648 e ainda que nômades (BERTELLI, 1984) apud (ESSELIN e OLIVEIRA, 2007); e a violência nos encontros com os brancos, nos quais atropelavam os inimigos e com lanças, matavam quantos encontravam adiante (RODRIGUES DO PRADO, 1856).

Apesar de indóceis e temidos pelo poder provincial, aos poucos passaram a ser usados contra os espanhóis. O governo português os explorava como linha de frente nos assaltos e em muitos casos interceptava os produtos roubados. Nesses termos, o Estado oferecia o Forte Coimbra em Corumbá como objeto geográfico fixo que facilitava a mobilidade dos indígenas (CASTELNAU, 2000).

De forma conveniente a Portugal, os eficazes e ousados saques (que alcançaram até 3.000 bovinos) foram consentidos até o momento em que o processo demarcatório do território nacional se fortaleceu, no século XIX, e as investidas se voltaram contra os brancos Pioneiros¹. Neste momento, as reações de extermínio dos Guaicurus pelos espanhóis passaram a ser ignoradas pelo governo português, que então reforçaria sua razão de ocupação e funcionalização do território, permitindo que os novos donos das terras delimitassem e defendessem seus territórios, o que dificultou o nomadismo dos Guaicurus². Porém, com a amplitude do seu deslocamento, este povo contribuiu substancialmente para que os equinos e bovinos conduzidos acabassem se perdendo e se espalhando pela planície (ESSELIN, 2011). Esses bois selvagens (ou baguais), chamados de Tucura, desenvolveriam, a partir do gado espanhol, a raça Pantaneira, existente até os dias atuais. Simbolicamente, o gado Tucura representa esta territorialidade descontínua no tempo e no espaço da pecuária iniciada pelos Guaicurus. Assim como seus primeiros pastores, o animal não tem querência definida e se movimenta de acordo com o regime sazonal de cheias e secas do Pantanal, em busca de pastos, água e até sal nas naturais lagoas salinas da sub-região do Pantanal da Nhecolândia (BARROS, 1998).

A consolidação da pecuária e seu território no Pantanal Sul Mato-Grossense

A pecuária bovina de corte é uma das principais economias do Pantanal de Mato Grosso do Sul, com Corumbá, principal município da região, detendo o segundo maior rebanho do Brasil, com mais de 1,7 milhões de cabeças de gado (IBGE/PPM, 2015). A região pode ser definida como um “berçário”, dada sua expressiva produção de bezerros em sistema extensivo que abastece a cadeia produtiva nacional da carne.

A atividade contribuiu na questão geopolítica de redefinição territorial das então “terras livres” e fixação das fronteiras do que hoje é a região do Pantanal entre os séculos XVII e XIX (ESSELIN e OLIVEIRA, 2007). A criação de bovinos se associou com a consolidação do território do Estado

¹ O processo de ocupação territorial “branca” do Pantanal Sul Mato-Grossense será descrito na próxima seção do trabalho.

² O fortalecimento armado dos primeiros fazendeiros do Pantanal Sul Mato-Grossense empreendeu o extermínio cruel e inimputável dos Guaicurus e de outras etnias indígenas. Alguns desses conflitos, inclusive, relatados por Marechal Cândido Rondon, quando de passagem pela região (MISSÃO RONDON, 1948) apud (ESSELIN 2011).

Nacional desde o período colonial, sendo vetor de ocupação “branca”, delimitação das fronteiras do oeste e supremacia política do governo, assim como vetor da formação sociocultural da região CORRÊA FILHO (1946). Segundo ESSELIN e OLIVEIRA (2007), a funcionalização do território Mato-Grossense foi coincidente com períodos de valorização mercantil do gado. Já em 1770, a política de demarcação e ocupação de terras da província de Mato Grosso atuou em duas frentes. São elas:

1ª. Estímulo da formação de colônias de soldados e seus familiares e construção de guarnições militares, Fortes, como em Corumbá e Miranda; e

2ª. Concessão de terras às indústrias de charque e aos “Pioneiros” (portugueses e cuiabanos, em um primeiro momento), que se afazendaram pelo sul do Pantanal Mato-Grossense e emprenderiam a expansão pastoril na região.

Neste contexto, o controle do território foi mantido pela posse lenta e gradativa da terra, ao mesmo tempo em que foram construídas as redes de articulação com países da bacia platina, exportadores de charque para a Europa; e com o oeste paulista, via venda de gado magro em pé (LEITE, 2003).

A ocupação “branca” do território foi dada a medida das capacidades de apropriação física da área³. Os Pioneiros chegavam acompanhados de alguns poucos camaradas e ex-escravos e, a medida do avanço do pastoreio do gado na planície, se intitulavam donos da terra (ESSELIN, 2011).

Este processo foi responsável pela desterritorialização das diferentes etnias indígenas. Nos inúmeros e violentos conflitos, estas populações resistiriam até a morte, tanto com castelhanos do oeste, quanto com portugueses do leste; ou se dispersariam pelas fazendas da região, na condição de vaqueiros e agricultores (ESSELIN e OLIVEIRA, 2007).

A evolução das territorialidades da pecuária no Pantanal Sul Mato-Grossense manifesta um campo de relações de poder dos variados agentes que a empreenderam, desde espanhóis que trouxeram o gado para esta porção da América do Sul; indígenas; Pioneiros que criaram os primeiros territórios de criação; até os atuais produtores, como os herdeiros de famílias tradicionais ou novos atores externos, que a partir de 1990 empreendem a pecuária.

São reconhecidos três sistemas de produção. O primeiro é o sistema tradicional, de criação extensiva com aproveitamento das espécies de pastagens nativas da região, onde os rebanhos são deixados nos vastos campos nativos e deslocados entre áreas da Planície e do Planalto, a medida da disponibilidade das pastagens. Este sistema possui uma administração “doméstica”, os cuidados dos bovinos são os necessários e os investimentos de capital para modernizações são implementados com cautela e dosagem por cada criador (ARAUJO, 2006). Nesta lógica territorial, e considerando a sazonalidade das inundações da Planície, são traçadas as metas da criação (quantidade suportada de animais, planejamento da estação reprodutiva, forma de envio dos bovinos vendidos, etc.). De acordo com ARAUJO et al. (2014), este sistema de manejo do gado se desenvolveu a partir da empiria do indivíduo pantaneiro.

³ Para se ter uma ideia, João Pereira do Amaral se fixou próximo ao rio Negro em 1838. Na interjacência dos rios Miranda e Aquidauana, se “afazendaram” Nicolau Tolentino dos Santos, André José dos Santos e Agostinho Joaquim Coelho. Em 1846, no vale setentrional do rio Miranda, ficou Benedito Pedro Duarte. Em 1845, à margem do rio Taquari, entre os rios Salobra e Peixe, João Batista de Oliveira e João Alves Ribeiro da Cunha fundaram o latifúndio do Bracinho, com área de 736.928 ha. Em 1847, Joaquim Gomes da Silva estabeleceu-se entre as montanhas do Urucum rios Paraguai, Negro, Taquari e bordas do planalto de Maracaju. Seu filho, Joaquim Eugênio, o Nhéco, requereu as terras do pai após a Guerra do Paraguai e com outros parentes dominou uma vasta sub-região do Pantanal que inclusive hoje leva seu nome, Nhecolândia. Nas cabeceiras do rio Negro se fixou Bráz Pereira Mendes. Entre os rios Negro e Taboco, se estabeleceu a família Alves Ribeiro. Os Fialho se instalaram entre o rio Aquidauana e o Taboco, e os Paes de Barros, às margens do Aquidauana (RIBEIRO, 1984; ALMEIDA, 1951 apud ESSELIN, 2011).

Os outros dois tipos de sistemas produtivos trouxeram novas formas de interação com o ambiente e reposicionam o Pantanal no cenário da pecuária brasileira. O chamado de sistema modernizado é conduzido por agentes mais capitalizados, em geral, externos que adquiriram terras no Pantanal. Este sistema transformou a paisagem da pecuária com uma forma de gestão mais empresarial e com a chegada de mão-de-obra especializada e, diferente do “fazendeiro pantaneiro”, investe em técnicas como uso prioritário de pastos plantados (mais resistentes às inundações) e em práticas de controle do manejo animal (sanitário, reprodutivo e nutricional) baseadas em modernas tecnologias (ARAUJO, 2006). E finalmente, o terceiro tipo de sistema trata de produções alternativas às anteriores, como os sistemas orgânico e biodinâmico na criação de bovinos de corte. Estas produções estão voltadas a mercados consumidores mais exigentes e ao paradigma da sustentabilidade, e fazem uso da identidade da pecuária pantaneira, considerada adaptada à variabilidade ambiental e um vetor de formação sociocultural do Pantanal, portanto, um saber-fazer que deve ser conservado (VARGAS, 2009). A criação bovina nesses sistemas alternativos se utiliza da vegetação nativa e dos saberes tradicionais que vem imprimindo novos significados ao espaço produtivo e aos produtos da pecuária regional (ARAUJO, 2006).

A lógica territorial da pecuária do Pantanal Sul Mato-Grossense

O sistema técnico da pecuária pantaneira até hoje é caracterizado pelo aproveitamento dos campos nativos, o que confere, por um lado, um menor custo de produção e, por outro, índices zootécnicos inferiores, quando comparado com o sistema de produção do planalto⁴. Este sistema de criação extensiva sujeita o manejo nutricional do gado à variação da oferta das pastagens ao longo do ano, sendo comuns períodos críticos de falta de alimento e água (SANTOS et al., 2002).

Nesse sentido, a atividade preserva a criação fluída e adaptada dos Guaicurus. No século XIX e até o início do século XX, o gado era deixado solto, arrebanhado somente quando fosse comercializado com os boiadeiros vindos de Minas Gerais e oeste paulista (CORRÊA FILHO, 1946). A criação baseada em grandes latifúndios conservou a baixa intervenção técnica sobre os rebanhos e sobre o ambiente (ABREU et al., 2010).

Este sistema implica na configuração de um espaço produtivo dinâmico ao longo do ano, à medida que a vegetação e o acesso às áreas são condicionados pelo pulso de inundação do Pantanal. Assim, a variação dos padrões espaço-temporais dos ciclos de cheias e secas intensifica o movimento da pecuária pantaneira, pois algumas sub-regiões chegam a ficar muitos meses inundadas (CADAVID GARCIA, 1986; PADOVANI, 2010). Foi desenvolvida uma territorialidade flexível e descontínua, com fazendas articuladas entre si, cada uma representando um ponto de uma rede.

Cada fazenda representa o território usado pela pecuária, dentro de um ou em diferentes municípios, uso que varia de acordo com a oferta de recursos e de acesso aos canais de circulação e comercialização dos animais. Nesta organização, é comum a propriedade de mais de uma fazenda, em áreas do Pantanal e do Planalto. Estudos anteriores abordaram o caráter dinâmico no tempo e no espaço da pecuária no Pantanal Sul Mato-Grossense (ARAUJO, 2006; STEFENS MORAES, 2009). Na caracterização dessas formas territoriais, ARAUJO (2006) destaca dois pontos: 1. Articulação da produção: quando o ritmo da inundação reflete na oferta sazonal das áreas de pastagens e determina as épocas de uso (e mesmo a permanência) das partes mais baixas, o que, com a chegada das águas, implica no deslocamento dos rebanhos para áreas mais altas; e 2. Especialização da produção por fazenda, onde se aproveita o caráter ambiental de cada propriedade,

⁴ São considerados indicadores zootécnicos de produtividade, por exemplo, as taxas de natalidade, mortalidade dos bezerros até a desmama, idade à primeira cria, intervalo entre partos, idade média de abate e produção (kg/carcaça/ha) (EUCLIDES FILHO, 2008).

otimizando o espaço produtivo de acordo com as necessidades de cada fase de vida do rebanho (cria, recria e engorda)⁵. Nesta estratégia de especialização por propriedade, é comum a realização da fase de cria em terras baixas, com uso de pastagens nativas, e a recria em áreas de Pantanal alto ou Planalto, assim como a engorda, se fazendo uso de um arranjo espacial mais intensivo, não sujeito às inundações, com invernadas menores e formadas com pastos plantados. No entanto, fazendas tanto de Planície quanto de Planalto já realizam o ciclo completo da produção, em Corumbá, 43% dos estabelecimentos de pecuária bovina de corte já empreendem os ciclos de cria-recria-engorda (IBGE, 2006). A Figura 1 ilustra uma das estratégias territoriais da produção pecuária no Pantanal Sul Mato-Grossense, mencionadas pela Autora.

Figura 1. Exemplo de estratégia territorial da pecuária no Pantanal Sul Mato-Grossense



Fonte: ARAUJO (2006).

A Figura 1 mostra as articulações em rede do conhecido grupo empresaria Vicunha na criação de bovinos no Pantanal Sul Mato-Grossense. É possível observar que fazendas de outras regiões do Mato Grosso do Sul fornecem as matrizes reprodutoras, e em troca recebem bezerros para o ciclo completo de cria-recria-engorda; uma fazenda, no centro da imagem, é voltada para cria no Pantanal; e outras fazendas recebem os bezerros para recria e engorda, estando situadas tanto no ambiente Pantanal quanto no Planalto do estado.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A linha do tempo (Figura 2) explicita os atores envolvidos no sistema de produção da pecuária do Pantanal Sul Mato-Grossense e alguns elementos da organização do território, ou seja, a materialidade que vem construindo a dimensão material-funcional dos territórios-rede da atividade. A Figura 2 foi elaborada com base em diversos Autores: CORRÊA FILHO (1946; 1955), SANTOS et al. (2002), LEITE (2003), COMASTRI FILHO (2004), ARAUJO (2006), SANTOS et al. (2008), POTT, VIEIRA e COMASTRI FILHO (2008), STEFFENS MORAES (2008).

⁵ O ciclo de produção de bovinos de corte é composto por três fases. A cria, vai da reprodução à desmama dos bezerros, entre 5 a 12 meses. A recria, voltada para a criação dos bezerros, quando já podem ser abatidos ou viram bois magros. A última fase é a engorda, mais intensiva no ganho de peso para o abate. Em sistema à pasto, é realizada no período chuvoso levando, em média, 6 meses. O boi gordo possui peso vivo de aproximadamente 500 Kg. Os animais tem valor comercial em cada fase do sistema, com destaque da venda de bezerros para o Pantanal Sul Mato-Grossense, contudo, a tendência de precocidade no abate vem ganhando robustez, graças a políticas como o Programa Novilho Precoce. (ARAUJO, 2006; VIEIRA, EUCLIDES FILHO, 1996).

Figura 2. Linha do tempo da pecuária do Pantanal Sul Mato-Grossense

Elementos Da Pecuária Pantaneira	Século XIX		Século XX			Século XXI	
			1930	1960-70	1990	2000	2010
Proprietários	Indústrias platinas e europeias de carne e derivados	Pioneiros-desbravadores vindos do Pantanal Norte	Herdeiros das famílias tradicionais		Novos proprietários externos Empresas ONGs		
Produto	Carne seca e derivados processados	Carne seca e queijo	Bezerros	Bois magros	Bois gordos	Novilho Precoce	Vitelo Pantaneiro Carne orgânica
Escoamento	Fluvial - bacia do Prata		Leilões	Comitivas terrestres Ferroviário	Rodoviário		Compra direta na fazenda - Frigoríficos
Território	Sesmarias concedidas (Mi léguas)	100 a 500 mil ha Núcleos de expansão pioneira		Distribuição familiar	Arrendamento de áreas	10 a 300 mil ha	"Reforma agrária familiar" (venda e fragmentação) Incorporação e novas fazendas por herdeiros Aquisição por atores externos Fazendas como nos articulados com outras locais (no Planalto ou outros Estados) como parte no ciclo completo de produção Pluriatividades das fazendas

Fontes: CORRÊA FILHO (1946; 1955), SANTOS et al. (2002), LEITE (2003), COMASTRI FILHO (2004), ARAUJO (2006), SANTOS et al. (2008), POTT, VIEIRA e COMASTRI FILHO (2008), STEFFENS MORAES (2008).

Dados compilados e organizados pelos Autores.

A partir do perfil de **produtores** da pecuária regional se observa mudanças e diversidades de agentes ao longo do tempo. Esta multiplicidade reflete as relações de poder atuantes no espaço da pecuária bovina, territorialidades, como a criação bovina tradicional do início do século XX e os novos atores “de fora”, como empresas e ONG’s (Organizações Não Governamentais). Os **produtos** da pecuária regional revelam as suas articulações com diferentes mercados e lugares. A atividade evoluiu de um ciclo econômico voltado ao mercado externo, ainda no século XIX, para a criação de bezerros e boi magros, que abastecem a cadeia produtiva nacional da carne, onde se predomina o mercado interno. A pecuária bovina pantaneira também desenvolve produções alternativas, como a carne orgânica. Estas produções em sistemas orgânico e biodinâmico estão voltadas a mercados consumidores mais exigentes e ao paradigma da sustentabilidade, e fazem uso da identidade da pecuária pantaneira. Uma dimensão imaterial do território da pecuária, esta identidade é um saber-fazer que deve ser conservado, considerado adaptado à variabilidade ambiental e um vetor de formação sociocultural do Pantanal (VARGAS, 2009; ARAUJO et al., 2014).

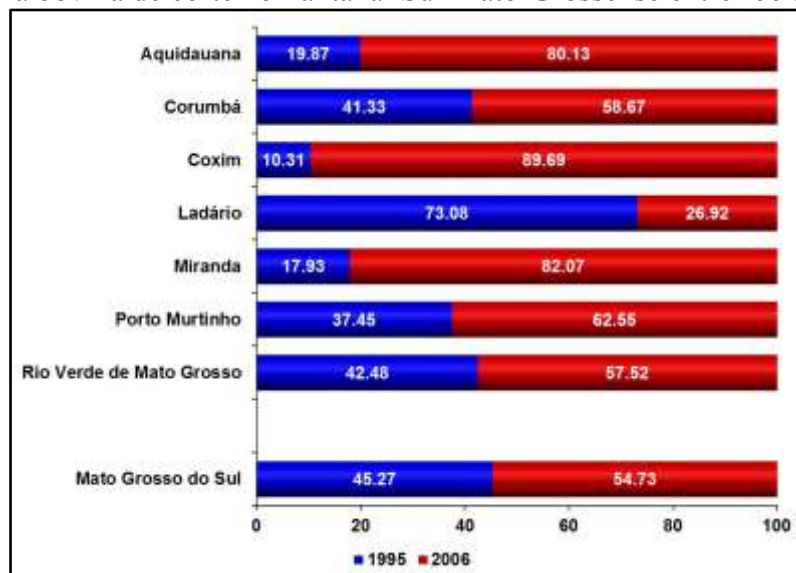
No **escoamento da atividade**, observa-se que formas antigas, como o transporte fluvial e o deslocamento a pé via Comitivas Boiadeiras, ainda são realizadas, apesar da tendência de transporte por caminhões, seja no envio para outros criadores ou na venda direta aos frigoríficos (D’OLIVEIRA et al., 2014). Tomando como exemplo Corumbá, no ano de 2014 foram deslocados 495.995 bovinos a pé e 379.676 por transporte rodoviário (IAGRO, 2015). O deslocamento em Comitivas é a forma mais tradicional de transporte no Pantanal. As distâncias percorridas podem demorar meses e chegam a centenas de quilômetros. A condução da boiada é feita por peões experiente e conhecedores do ambiente. Somente em 2014 saíram a pé do Pantanal Sul Mato-Grossense 891.734 bovinos (IAGRO, 2015). Em relação ao **território**, o espaço dominado e usado pela pecuária se apresenta dinâmico ao longo do tempo. Inicialmente, durante o domínio indígena, o

Pantanal se caracterizava por um território “aberto”, sem limites e fronteiras estatais. Com a consolidação do poder colonial na região e a posterior soberania republicana, o território da pecuária se configurou por grandes latifúndios, com até 500 mil hectares. Ao longo do século XX esta estrutura fundiária foi sendo modificada, com a venda de parcelas e divisão familiar, principalmente a partir da década de 1990, com a chegada e novos compradores. Atualmente, há o crescimento gradual de propriedades menores, ainda que não se possa chamar de pequenas. Segundo o IBGE (2006), o tamanho médio das propriedades de pecuária em Corumbá, por exemplo, é de 2.500 hectares.

Além do território-rede das fazendas de criação, a pecuária apresenta outras formas de apropriação de espaços produtivos. Redes de solidariedade e uso comum de espaços privados são comuns na região, como o empréstimo e aluguel de pastos quando necessários (BANDUCCI, 2007). Retiros são construções rústicas e remotas, dispersos nas vastas áreas das fazendas de criação, que funcionam como ponto de apoio e possibilitam o uso por quem passa naquela área, seja o peão da fazenda que foi até lá realizar algum trabalho de gado, seja peões em Comitivas de outras fazendas da região, que param para descansar e reabastecer para seguirem viagem.

O arrendamento de terras vem crescendo substancialmente nos últimos vinte anos, contribuindo para a intensificação da pecuária regional. A Figura 3 mostra que entre 1996 e 2006 houve um crescimento do arrendamento de terras para pecuária bovina no Pantanal Sul Mato-Grossense acima da média estadual, com destaque para os municípios Miranda, Coxim e Aquidauana. O fato dos três se localizarem na transição com o Planalto da Bacia do Alto Paraguai (BAP) pode indicar a facilidade de acesso que vem atraindo produtores do Planalto para o Pantanal.

Figura 3. Evolução % das terras arrendadas para a pecuária bovina de corte no Pantanal Sul Mato-Grossense entre 1996 e 2006



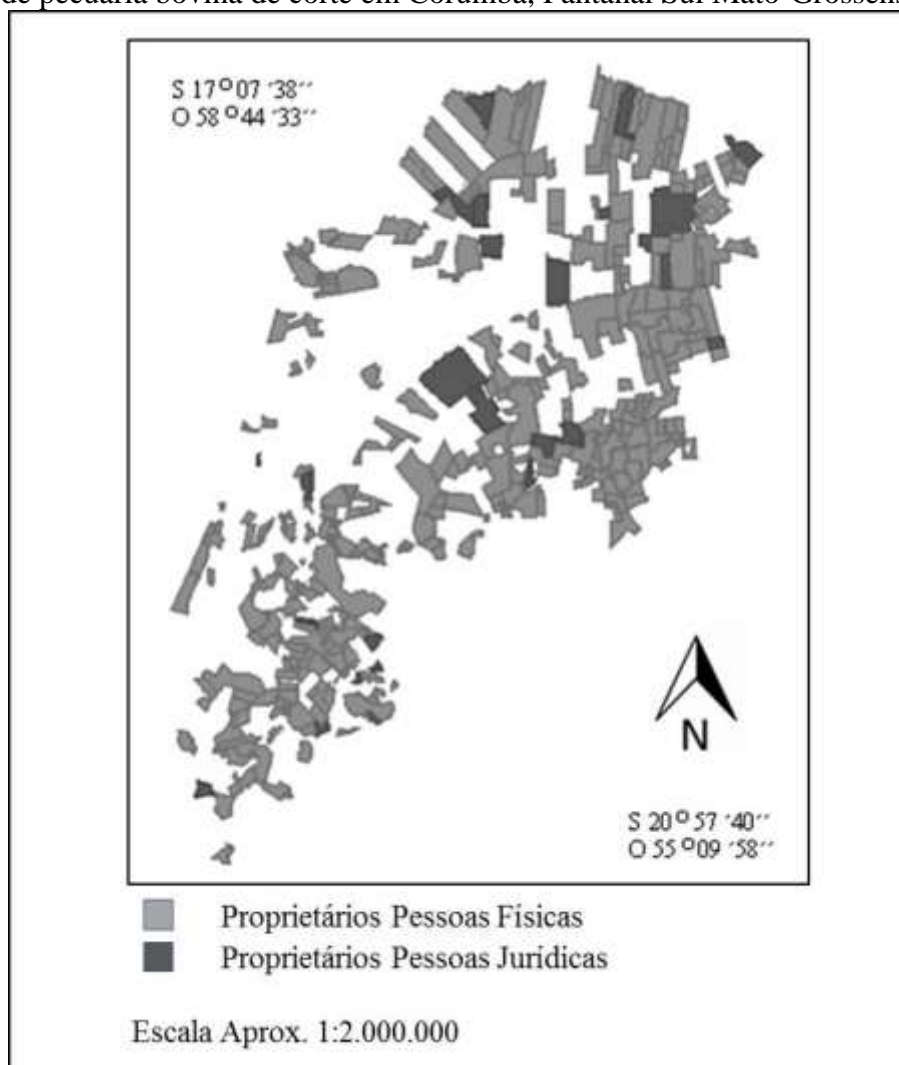
Fonte: IBGE (1996 e 2006)

Dados compilados e organizados pelos Autores.

Para muitos proprietários, descapitalizados ou herdeiros das fazendas que não atuam na atividade, o arrendamento é uma forma significativa de geração de renda. Para outros indivíduos, que não tem a tradição familiar da pecuária, representa a possibilidade de inserção na atividade sem a necessidade de adquirir fazendas (ARAUJO, 2006). Em arrendamentos, a pecuária pantaneira se manifesta

dinâmica no tempo e no espaço, feita sem a posse da terra, e sim, pelo domínio e apropriação temporários. Outro ponto que ilustra o território descontínuo da pecuária no Pantanal Sul Mato-Grossense é a forma de gestão a distância de muitos dos novos produtores e proprietários, que vivem em zonas urbanas de outras cidades e estados e gerenciam a criação com uso de modernas tecnologias (ARAUJO, 2006). O cenário tradicional dos fazendeiros que viviam nas fazendas vem sendo modificado por dois grupos de atores: herdeiros das fazendas que “tocam o negócio da cidade” e indivíduos e empresas que gerenciam a atividade de forma remota. Ambos os grupos confiam e se relacionam *on time* com os capatazes e gerentes que moram ou frequentam constantemente a propriedade. A Figura 4 apresenta a proporção de fazendas de propriedade de pessoas físicas e jurídicas em Corumbá, evidenciando um cenário de múltiplos territórios.

Figura 4. Espacialização de proprietários pessoas físicas e jurídicas das fazendas de pecuária bovina de corte em Corumbá, Pantanal Sul Mato-Grossense em 2013



Fonte: INCRA (2013)

Dados compilados e mapa produzido por Ana Gabriela Araujo e Rene Novaes Junior.

Apesar de não ser o foco deste estudo, alguns elementos do território imaterial da pecuária regional podem ser destacados. A identidade do “homem pantaneiro” é reforçada cada vez mais e traz um conteúdo de território simbólico, de referencial identitário perpetuado no discurso de livros de

memórias e outros produtos (como material multimídia, fazendas com turismo rural e ecológico, festivais, gastronomia e artesanato) (NOGUEIRA, 2002; ROSSETTO, 2009).

O saber tradicional e a identidade deste homem/mulher pantaneiro/a os anunciam como respeitoso do ritmo da Natureza, conhecedor e resignado com a dinâmica ambiental e particular em seu modo de vida (relações interpessoais, valores, crenças, hábitos do cotidiano e sotaque) (LEITE, 2003; BANDUCCI, 2007). São muitos os relatos de acontecimentos e das trajetórias dos habitantes do Pantanal, escritos por autores memorialistas das famílias dos Pioneiros, como RIBEIRO (1984); PROENÇA (2009), BARROS (1998) e BARROS NETO (2001). Na frase a seguir, o Autor Augusto Cesar Proença expressa a opinião de muitos proprietários das fazendas tradicionais, onde, os múltiplos territórios na pecuária criam um contexto de conflitos de valores e práticas: “O Pantanal está mudando de dono. Novas mentalidades, novos recursos, novas tecnologias surgem empurrando o “tradicional” para outras paragens”. (PROENÇA, 2009)

O ir e vir da pecuária do Pantanal Sul Mato-Grossense: passagens e nomadismo do gado

A Tabela 1 apresenta o destino dos fluxos dos animais que saíram do Pantanal Sul Mato-Grossense entre 2007 e 2014. É possível perceber que a maior parte dos animais deslocados permaneceu no Pantanal, 46,63% do total, ou quase cinco milhões e setecentos mil bovinos. De forma complementar e revelando a articulação entre as áreas de Planície e Planalto na BAP, 45,48% do total de animais foi deslocado para o Planalto, seja para as terras altas da área de estudo ou para os demais municípios da BAP.

Tabela 1. Total de bovinos que saíram do Pantanal Sul Mato-Grossense no período 2007 a 2014

Municípios de Origem	Destino				Total	%
	BAP Pantanal	BAP Planalto	Bacia do Paraná	Fora do MS		
Corumbá	3.524.393	2.139.903	344.832	6.614	6.015.742	49,25
Aquidauana	774.079	1.244.141	164.231	3.384	2.185.835	17,90
Porto Murtinho	553.825	632.394	166.712	12.053	1.364.984	11,18
Rio Verde de MT	329.137	831.244	144.849	5.630	1.310.860	10,73
Coxim	285.166	435.040	88.271	10.225	818.702	6,70
Miranda	175.289	261.805	14.329	2.121	453.544	3,71
Ladário	53.707	11.237	0	0	64.944	0,53
Total	5.695.596	5.555.764	923.224	40.027	12.214.611	100
%	46,63	45,48	7,56	0,33	100	

Fonte: IAGRO (2015).

Dados compilados e organizados pelos Autores.

Os municípios de borda Aquidauana, Porto Murtinho e Rio Verde de Mato Grosso foram os que mais enviaram animais para a Bacia do Paraná, juntamente com Corumbá; totalizando pouco mais de 820 mil bovinos, um volume pouco significativo para o período de sete anos. Da mesma forma, ainda que Porto Murtinho e Coxim tenham obtido destaque regional no envio para outros estados,

somando mais da metade do total deslocado, 22.278 animais, este fluxo representa apenas 0,33% de todo o volume de bovinos saídos do Pantanal Sul Mato-Grossense.

A Tabela 2 demonstra os deslocamentos em escala mais fina do município de Aquidauana, considerando suas sub-regiões de Planície e de Planalto. De um total de 2.981.257 bovinos, 73,32% saíram das áreas de Pantanal deste município, enquanto 26,68% partiram de sua porção de Planalto. Observa-se que o maior percentual do fluxo foi entre a Planície Pantaneira e o Planalto da BAP, 35,20%, seguido do fluxo interno em suas terras da Planície, 15,82% e que, ainda, dos bovinos com origem em seu Pantanal, 10,15% são enviados para o Pantanal de outros municípios da área de estudo. Em relação ao fluxo de bovinos do Planalto de Aquidauana, em sua maioria transitam para as terras altas da BAP, 15,52%, ou na mesma sub-região, 5,76%. Desses animais, apenas 3,04% se deslocam para a sub-região de Pantanal, seja dentro de Aquidauana ou para outros municípios.

Tabela 2. Percentual do fluxo de bovinos que saíram de Aquidauana, por Sub-Região e destinos, no período de 2007 a 2014

Origem	Destinos						%
Sub-Regiões	Aquidauana Pantanal	Aquidauana Planalto	BAP Pantanal	BAP Planalto	Bacia do Paraná	Fora do MS	
Pantanal	15,82	6,53	10,15	35,20	5,51	0,11	73,32
Planalto	1,40	5,76	1,64	15,52	1,86	0,49	26,68
Total	2.981.257 (100%)						100

Fonte: IAGRO (2015).

Dados compilados e organizados pelos Autores.

CONCLUSÕES

Esta pesquisa analisou os elementos que caracterizam a dimensão material-funcional dos territórios-rede estabelecidos pela produção pecuária no Pantanal Sul Mato-Grossense. Verificou-se uma configuração dinâmica da atividade, descontínua no tempo e no espaço, que se realiza em espaços articulados. São muitos os pontos que constroem essas articulações: áreas produtivas situadas na planície e no planalto, pertencentes a um ou mais municípios; as localizações dos gestores e proprietários das fazendas, que administram a criação de forma remota; e as formas de apropriação territorial temporária de produtores arrendatários que, associados às ligações entre estes elementos territoriais, por meio do fluxo de bovinos, configuram e organizam este espaço como um território-rede.

A caracterização do deslocamento dos bovinos de corte “por entre” o Pantanal Sul Mato-Grossense revelou uma dimensão do trânsito animal na planície inundável e para além dela. O deslocamento a pé dos bovinos continua sendo a principal forma de transporte realizada. O movimento constante do gado é considerado um caráter da pecuária pantaneira, que desde a criação do povo nômade Guaicuru, ou o trabalho dos primeiros fazendeiros de formação de rebanhos, é exercido de forma fluída e adaptada à sazonalidade imposta pelo pulso das inundações com intervalos de secas.

Prosseguindo com esta investigação, novos estudos devem explorar a correlação entre localização e duração dos arrendamentos com a dinâmica de pulso das inundações, à medida que pode revelar lógicas territoriais mais complexas, de apropriação temporária e adaptada aos períodos críticos para a produção pecuária. Espera-se ter contribuído com elementos para a reflexão em torno da pecuária

bovina de corte do Pantanal Sul Mato-Grossense, atividade importante não só economicamente, mas também um vetor de formação sócio territorial, cultural e histórica da região, e possibilitar assim que se possa aprender com base nas condições de produção historicamente determinadas e com a dimensão imaterial-simbólica desses territórios-rede, para buscar estratégias de convivência com eventos mais frequentes e mais intensos de inundações no espaço pantaneiro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, U.G.P.; McMANUS, C.; SANTOS, S.A. (2010) Cattle ranching, conservation and transhumance in Brazilian Pantanal. *Pastoralism -Research, Policy and Practice*, v.1 (p.99-114).

ARAÚJO, A. P. C. de (2006) Pantanal, um espaço em transformação. Rio de Janeiro: PPGG/UFRJ. (Tese de Doutorado)

ARAÚJO, A. P. C. de; VARGAS, I. A. de; BICALHO, A. M. de S. M. (2014) As tradicionais fazendas de gado do Pantanal Mato-Grossense e a ordem espacial. In: ARAÚJO, A. P. C. de; VARGAS, I. A. de (Ed). *Dinâmicas do Rural Contemporâneo*. Campo Grande: EDUFMS (p.231-250).

BANDUCCI JUNIOR, A. (2007) A natureza do Pantaneiro: Relações sociais e representação de mundo no “Pantanal da Nhecolândia”. Campo grande: EDUFMS.

BARROS, A. L (1998). *Gente pantaneira: crônicas de sua história*. Rio de Janeiro: Lacerda.

BARROS NETTO, J. de. (2001) *A vontade natural e o Pantanal da Nhecolândia*. São Paulo: Ed. Alfa-Omega.

BERTELLI, A. de P.(1984) *O paraíso das espécies vivas: Pantanal de Mato Grosso*. São Paulo: Cerifa Editora.

BRASIL. IBGE. CENSO AGROPECUARIO 2006. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/default.shtm> (Acesso em 20/01/2016)

CADAVID GARCÍA, E. A.; CASTRO, L. H. R. (1986) Análise da frequência de chuvas no Pantanal Mato-Grossense. *Pesquisa Agropecuária Brasileira*, Brasília, v.21, n.9 (p.909-925).

CASTELNAU, F. (2000) *Expedições às regiões centrais da América do Sul*. Belo Horizonte: Itatiaia.

COMASTRI FILHO, J. A. (2004) *Ciclos econômicos do Pantanal*. Corumbá: EMBRAPA Pantanal.

CORRÊA FILHO, V. (1946) *Fazendas de gado no Pantanal Mato-Grossense*. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura- Serviço de Informação Agrícola.

D'OLIVEIRA, M. C.; SOUZA, M. I. L.; CORRÊA FILHO, R. A. C.; MORAIS, M. da G.; ÍTAVO, C. C. B. F.; FRANCO, G. L. (2014) Effects of road transportation or droving on the weight and metabolism of young bulls. *Tropical Animal Health and Production* , v. 46 (p. 1447-1453).

ESSELIN, P. M. (2011) *A pecuária bovina no processo de ocupação e desenvolvimento econômico do Pantanal Sul Mato-Grossense-Mato-Grossense (1830 - 1910)*. Dourados: Ed. UFGD.

ESSELIN, P. M.; OLIVEIRA, T. C. M. de. (2007) Índio, gado e blindagens na construção da fronteira no sul de Mato Grosso. *Porto Alegre: Boletim Gaúcho de Geografia*, n° 32. (p. 37-56)

EUCLIDES FILHO, K. (1996) A pecuária de corte brasileira no terceiro milênio. In: *Simpósio sobre o Cerrado, 8 International Symposium on Tropical Savanas, 1. Biodiversidade e produção sustentável de alimentos e fibras nos cerrados: anais*. Brasília: EMBRAPA-CPAC (p. 118-120).

- EUCLIDES FILHO, K. (2008) A pecuária de corte no Cerrado brasileiro. In: FALEIRO, F. G.; FARIAS NETO, A. L. de (Ed). Savanas: desafios e estratégias para o equilíbrio entre sociedade, agronegócio e recursos naturais. Planaltina, DF: Embrapa Cerrados. cap. 17 (p.612-644).
- HAESBAERT, R. (2004) O Mito da Desterritorialização: do “fim dos territórios” à Multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- LEFEBVRE, H. (2008). Espaço e Política. Belo Horizonte: Editora UFMG. Tradução: Margarida Maria de Andrade e Sérgio Martins.
- LEITE, E. F. (2003) Marchas na história: comitivas de peões - boiadeiros no Pantanal. Campo Grande, EDUFMS.
- NOGUEIRA, A. X.(2002) Pantanal: homem e cultura. Campo Grande, EFUFMS.
- PADOVANI, C. R. (2010) Dinâmica espaço-temporal das inundações do Pantanal. Piracicaba: ESALQ/CENA. (Tese de Doutorado)
- PROENÇA, A. C. (2009) Rodeio a céu aberto: a bravura do pantaneiro. Campo Grande: Editora Life.
- POTT, A.; VIEIRA, L. M., COMASTRI FILHO, J. A. (2008) Portfólio de tecnologias da Embrapa Pantanal: bovinos de corte. EMBRAPA-PANTANAL, Corumbá.
- RIBEIRO, R. A. (1984) Taboco 150 anos: balaio de recordações. Campo Grande: Publicação independente.
- RODRIGUES DO PRADO, F. (1856) História dos índios Cavalleiros ou da nação Guaicuru. In: Revista Trimestral de Historia e Geografia do Instituto Historico e Geographico Brasileiro. Rio de Janeiro: Typ. Ass. do Despertador.
- ROSSETTO, O. C. (2009) Sustentabilidade Ambiental do Pantanal Mato-Grossense: Interfaces entre Economia, Cultura e Globalização. Revista NERA (UNESP), v. 15 (p. 88-105).
- SANTOS, S.A.; PELLEGRIN, A. O.; MORAES, A. S.; BARROS, A. T. M.; COMASTRI FILHO, J. A.; SERENO, J. R. B.; SANTOS E SILVA, R. A. M.; ABREU, U.G.P. (2002) Sistema de produção 01: Sistema de Produção de Gado de Corte do Pantanal. Embrapa Pantanal. Corumbá. (p.21-35)
- SANTOS, S. A.; ABREU, U. G. P. de; TOMICH, T. R.; COMASTRI FILHO, J. A.; CRISPIM, S. M. A. (2008) Pecuária no Pantanal: em busca da sustentabilidade. In: ALBUQUERQUE, A. C. S.; SILVA, A. G. da (Ed.). Agricultura tropical: quatro décadas de inovações tecnológicas, institucionais e políticas. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica. V.2 (p.535-570).
- STEFFENS MORAES, A. (2008) Pecuária e conservação do Pantanal: análise econômica de alternativas sustentáveis - o dilema entre benefícios privados e sociais. Recife: UFPE/CCSA. Economia. (Tese de Doutorado)
- SILVA, J. dos S. V. da; ABDON, M.de M. (1998) Delimitação do Pantanal brasileiro e suas sub-regiões. Revista Pesquisa Agropecuária Brasileira: Brasília, v.33. (p.1703-1711)
- SOUZA, M. L. (2009) “Território” da divergência (e da confusão): em torno das imprecisas de um conceito fundamental. In: CASTRO, I. E. et al. (orgs.). Geografia: Conceitos e Temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil (p.77-116).